

## **TEORIA DA CIDADE**

# A CIDADE E A REESTRUTURAÇÃO MUNDIAL CONTEMPORÂNEA: UM ROTEIRO DE LEITURA

Roberto L. Monte-Mór\* e Heloisa S. M. Costa\*\*

## INTRODUÇÃO

*Raras vezes a reflexão sobre a arte e a cultura ocupou um lugar de tamanho relevo na cena contemporânea. Uma reviravolta que acabou trazendo a arquitetura para o primeiro plano. Hoje ele (sic) escapa do magro domínio dos especialistas, oferecendo um ponto de vista indispensável na apreciação do mundo atual. (Arantes, 1995)*

A primeira frase do livro de Arantes, usada como epígrafe, ilustra praticamente um consenso entre autores de múltiplas origens disciplinares, que, a partir da teoria social crítica, se propõem a pensar a sociedade contemporânea, marcada pela sincronicidade e pela centralidade da espacialidade dos processos sociais: a importância crescente que a arquitetura — e assim, o ambiente construído — vem ocupando na organização e percepção do mundo (pós)moderno.<sup>1</sup> Chamados, portanto, a participar do debate contemporâneo, os arquitetos muitas vezes necessitam de formação que aborde dimensões sociopolíticas e econômicas referenciais das transformações em curso. Assim também o arsenal teórico a nós disponível necessita transpor os limites apresentados pela arquitetura e urbanismo *stricto sensu* para abarcar outros aspectos que informam as novas espacialidades sociais que vêm se desenhando no mundo atual (globalizado). O projeto da organização socioespacial humana, além dos enfoques analítico-operacionais dos vários especialistas envolvidos, necessários porém insuficientes, exige uma compreensão crítica da virtualidade que se apresenta. Pensar o virtual, o porvir que se anuncia como fato, exige uma abordagem crítica que

\* Arquiteto/Urbanista, professor do CEDEPLAR/FACE e do NPGAU da UFMG.

\*\* Arquiteta/Urbanista, professora do Departamento de Geografia, IGC/UFMG e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia, IGC/UFMG.

1 Ver Harvey (1991); Jameson (1992, 1997); Soja (1993); Gottdiener (1995), entre muitos outros.

privilegie a reconstrução da totalidade, na qual todo e qualquer enfoque disciplinar se insere como mera análise parcial.

Talvez por isso mesmo o ensino e o debate do planejamento urbano já venham, há muito, ganhando dimensões e escalas de análise que transcendem amplamente os limites das cidades (e mesmo das regiões), para abarcar a própria organização do espaço humano, em uma abordagem que nos remete a William Morris quanto ao campo de abrangência da arquitetura:

*A arquitetura abrange a consideração de todo o ambiente físico que circunda a vida humana; dela não podemos fugir, à medida que fazemos parte da civilização, já que a arquitetura é o conjunto das modificações e alterações introduzidas na superfície terrestre, visando às necessidades humanas, excetuando-se unicamente o deserto. (W. Morris, citado em Benévolo, 1972, p. 220)*

Isto posto, o objetivo deste texto é fornecer um roteiro de leitura introdutória a algumas das discussões contemporâneas sobre as transformações e tendências que as cidades — e o espaço urbano em geral — têm apresentado em face das reestruturações socioespaciais, políticas e econômicas mundiais. Parte-se de uma breve síntese crítica das transformações que a cidade (industrial) sofreu, no mundo e no Brasil, do pós-guerra até os anos 70, para se buscar entender sua expansão sobre o espaço regional, no bojo da sociedade urbano-industrial e de sua reestruturação socioespacial contemporânea. O ponto de vista escolhido — o referencial teórico — privilegia o processo de *urbanização extensiva* (Monte-Mór, 1994) para além dos limites das cidades, integrando amplos espaços regionais e modificando estruturalmente as relações urbano-rurais e as articulações entre centros e periferias, em um espaço crescentemente equipado para responder às demandas da vida contemporânea (Santos, 1988). É a partir desta ótica do processo de urbanização que se buscou compreender a reestruturação mundial, seus impactos sobre as cidades e sobre o espaço urbanizado, assim como algumas tendências e alternativas que hoje se apresentam ao planejamento urbano.

## **DA CIDADE AO TECIDO URBANO-INDUSTRIAL**

A principal referência teórica que dá suporte à nossa discussão da urbanização e da produção social do espaço é a contribuição de Henri Lefèbvre, particularmente no que ele denominou “revolução urbana”. Lefèbvre parte da virtualidade da urbanização total da sociedade (1999) para avançar em direção a um plano mais geral de abstração, privilegiando a “reprodução das relações de produção” no espaço social (1976) e na própria dinâmica da produção do espaço (1991). Tais contribuições são centrais para se compreender questões políticas e

socioculturais no contexto das transformações do capitalismo industrial contemporâneo.

O trabalho de Lefèbvre sobre a questão urbana surge como consequência de sua proposta de deslocamento da discussão revolucionária (neo)marxista, até então centrada no determinismo econômico e nas relações de produção no contexto fabril, para uma abordagem humanista que elege a vida cotidiana e seus desdobramentos como principal elemento estruturador do espaço humano. A compreensão da transformação da sociedade moderna, vista do prisma da vida cotidiana, leva-o a discutir a transição do rural ao urbano e, a seguir, a *praxis* política urbana, a cidadania e o direito à cidade.

É neste contexto que Lefèbvre formula a distinção entre *cidade*, obra coletiva centrada no valor de uso, e *tecido urbano*, produto (industrial) centrado no valor de troca. A cidade industrial, para Lefèbvre, é o palco privilegiado da transformação social contemporânea na medida em que, submetida à lógica da produção, sofre um duplo processo de *implosão* (no qual o espaço do poder que marcava a cidade se restringe à sua área central, a cidadela) e de *explosão* (no qual as condições urbanas da cidade se estendem pelo espaço suburbano e regional, recriando as condições de produção exigidas pelo industrial). Usando a urbanização como metáfora para discutir a produção social do espaço na sociedade capitalista, Lefèbvre deságua nas discussões sobre a repolitização do espaço e seu papel na organização social contemporânea. Visto dessa ótica, o espaço urbanizado extensivo reproduz as relações de produção e carrega consigo o gérmen da *pólis*, politizando assim o espaço social como um todo.

No Brasil, a compreensão da urbanização contemporânea aparece com clareza em Oliveira (1978, 1982) que, ressaltando o papel histórico do Estado na extração e concentração do excedente coletivo nas mãos da burguesia nascente cuida de, a partir da aceleração da industrialização (substitutiva de importações), estender a produção (e integração) social do espaço, e assim, das relações de produção capitalistas, a todo o território nacional. Esta compreensão do processo de urbanização lhe permite afirmar que todo problema nacional contemporâneo é um problema necessariamente urbano.

A partir dessa macrointegração (virtual) do território nacional, que se estende do centro das metrópoles nacionais aos confins da fronteira amazônica, os desdobramentos e manifestações locais e (micro)regionais do tecido urbano-industrial estão presentes em variadas formas de organização espacial. Santos (1993), entre outros autores, vem ampliando essa compreensão do processo da urbanização brasileira, com ênfase no impacto de São Paulo sobre o sistema urbano nacional. Leituras locais e estudos de casos em Minas Gerais são ilustrados pelo caso de Belo Horizonte (Costa, 1994), das cidades monoindustriais (Costa e

Monte-Mór, 1995) e das relações espaciais recentes que se apresentam como tendências em face das transformações tecnológicas recentes. (Monte-Mór e Costa, 1996)

### **A REESTRUTURAÇÃO MUNDIAL CONTEMPORÂNEA: BREVE INTRODUÇÃO**

Os anos setenta representam o início de um processo de transformação econômica em escala global, caracterizado, entre outros fatores, por mudanças no paradigma sociotecnológico da produção industrial, articulando espacialmente diferentes sociedades e culturas em torno de uma nova divisão internacional do trabalho. A crescente internacionalização da economia, as inovações tecnológicas e suas conseqüências em termos de mudanças nos processos produtivos e nas relações de trabalho, a centralidade da questão das comunicações, a agilidade na capacidade de produzir respostas a novas demandas, a tendência à perda de autonomia das cidades, regiões e estados-nação frente a processos mais globais, entre outros, são elementos fundamentais desse processo de transformação em curso.

Várias são as referências teóricas utilizadas para explicar a reestruturação econômica ocorrida a partir do declínio da prosperidade econômica do pós-guerra, nos países de centro. Entre elas destaca-se a chamada escola ou perspectiva regulacionista, que trata simultaneamente dos processos de produção e das formas sociais nos quais se opera a reprodução do modo de produção (Preteceille, Valladares, 1990). A crise do modelo hegemônico, representado pelo fordismo/taylorismo como regime de acumulação e pelo Estado do Bem-Estar como modo de regulação, tem como conseqüência, por um lado, sua substituição por regimes de acumulação flexível tanto na organização da produção quanto do trabalho. Por outro, consolidam-se tendências de progressiva diminuição da participação do Estado na esfera da reprodução social. (Leborgne, Lipietz, 1990; Scott, Storper, 1986; Harvey, 1991)

Para Preteceille (1994, p.68), é possível identificar duas visões das tendências econômicas atuais: aquela centrada na produção industrial e outra, "pós-industrial", que enfatiza o terciário superior. No primeiro caso, as novas tendências foram identificadas principalmente com base em evidências da indústria manufatureira, na qual novos espaços industriais se estruturavam a partir de inovações tecnológicas de ponta, de novos processos produtivos e, naturalmente, de novas necessidades de espaço. Tais espaços, organizados não mais em torno da grande indústria fordista, se estruturam a partir de uma rede de empresas de pequeno e médio porte. Assim, as aglomerações urbanas, centrais no modelo fordista, perdem posição para centros menores e sistemas urbanos (periféricos) articulados no contexto da acumulação flexível. (Castells, 1986)

Alguns exemplos emblemáticos tornaram-se modelos para a nova configuração técnico-espacial da indústria, sendo o Vale do Silício, a Rota 128 e a Terceira Itália os mais citados e comentados. Cresce a importância da instância sociocultural nas determinações econômicas e suas transformações contemporâneas, ressaltando-se, por exemplo, as diferentes intensidades e formas de "imersão territorial" (Granovetter, 1985) da indústria no seu ambiente socioeconômico-espacial, com a participação do Estado e de setores da sociedade; ou ainda as economias de aprendizado compostas por um conjunto de convenções econômicas destinadas a minimizar o grau de incertezas dos investimentos. (Storper, 1994)

Nos países do terceiro mundo, entretanto, surgem formas múltiplas de organização da produção, cuja integração econômica difere em função das dinâmicas dos regimes de acumulação e modos de regulação dominantes em cada contexto nacional, assim como diferem também a articulação e o balanceamento entre as questões da economia (produção) e do bem-estar social (reprodução). Nesses países, a ideologia desenvolvimentista centrada na promessa de inclusão na dinâmica fordista central, que caracterizou o momento industrial, cumpriu importante papel, estendendo e adaptando as condições gerais da produção às demandas de uma acumulação comandada pelo capital industrial internacionalmente integrado. O resultado foi descrito como um *fordismo periférico*, um regime de acumulação fordista parcial, desintegrado e incompleto, tanto na organização tecnológica das etapas da produção quanto dos necessários meios socioinstitucionais de regulação. (Lipietz, 1987)

A mudança do paradigma taylorista/fordista para aquele da *produção flexível* parece significar também a ruptura da lógica anterior fordista, que relacionava o crescimento da economia (produção e produtividade) à incorporação crescente da força de trabalho e ao aumento do bem-estar social. No contexto atual da exclusão dos processos globais de produção e consumo envolvendo setores e regiões econômicas inteiras, que tem se apresentado como inerente ao novo quadro da competição global capitalista, a equação economia/bem-estar social tem soluções bem mais complexas do que aquelas que alimentaram as tentativas do planejamento desenvolvimentista nas últimas décadas desde o pós-guerra.

A segunda visão das tendências econômicas atuais, denominada *pós-industrial*, aponta para o papel central dos serviços e tecnologias ligadas à circulação e ao tratamento da informação na definição da acumulação capitalista contemporânea, tanto em termos de dinamismo econômico, quanto em sua capacidade de inovação. Castells (1999) identifica uma transformação do modo de produção capitalista (e mesmo genericamente, de outros modos de produção), de um *modo de desenvolvimento industrial* para um *modo de desenvolvimento informacional*,

cuja evolução tecnológica incorpora conhecimento e informação em todos os processos de produção material e de distribuição, baseada num avanço de enormes proporções na esfera da circulação. Nessa perspectiva, restaria à economia industrial transformar-se em informacional e global, ou entrar em colapso. A empresa na sociedade em rede tem a função de transformar sinais em produtos/mercadorias, através do processamento do conhecimento.

Na nova divisão internacional do trabalho, organizada com base no trabalho diferenciado e na tecnologia, não se identificam países mas agentes econômicos que, segundo a formulação de Castells, ocupam posições distintas frente ao processo de acumulação: produtores de alto valor com base no trabalho informacional, produtores de grande escala com base no trabalho de baixo custo, produtores de matéria-prima com base em potencialidades naturais, ou produtores redundantes reduzidos ao trabalho desvalorizado. A aparente inevitabilidade de tais formulações, entretanto, não impede que seu autor identifique, como contraponto ao processo de integração total via redes, a emergência das múltiplas formas de afirmação de poder local, baseadas na constituição de identidades socioculturais, étnicas, religiosas, políticas, entre outras, possivelmente mais centradas na lógica da reprodução e da produção mais solidária do que competitiva. Tais tendências, ainda que à margem do processo econômico hegemônico, passam a ter fundamental importância na concepção de políticas e intervenções sociais e urbanas, públicas e privadas, particularmente em países do terceiro mundo onde parcela significativa da população (e de partes das áreas urbanas e regiões) ocupa posição de aparente "redundância", conforme a formulação acima.

Esse conjunto de transformações na economia mundial tem, seguramente, significativos reflexos tanto na organização espacial urbana, quanto nas formas de se analisá-la. Segundo Preteceille (1994), o debate recente sobre as cidades está calcado na dualidade entre o desenvolvimento econômico, caracterizado pela modernização e competitividade, e a fragmentação social, resultado de tensões ligadas ao aumento da pobreza e da exclusão social.

O conceito de cidade global (Sassen, 1993), expressão de um momento do processo de reestruturação econômica, enfatiza a existência de um vínculo estrutural entre o êxito econômico das cidades que concentram as sedes do comando financeiro/produutivo do capitalismo em escala global e a dualização social e urbana. Nessa formulação, desvincula-se o crescimento econômico de mecanismos redistributivos, que foi durante muito tempo um pressuposto da ação do Estado ou, melhor dizendo, justificativa da sua (in)capacidade de pôr em prática políticas públicas de caráter generalista.

A dualidade e a exclusão descritas em nível internacional têm sido também identificadas e estudadas nas grandes metrópoles brasileiras, em particular São Paulo e Rio de Janeiro (Ribeiro, 1996; Bogus e Taschner, 1999). O empobrecimento das populações urbanas (e metropolitanas) no Brasil nas últimas décadas é fato inequívoco, ainda que sua caracterização e quantificação apresentem dificuldades na construção de um quadro claro quanto à natureza dos impactos decorrentes da nova integração mundial da economia. A limitação de estudos empíricos e a carência de referenciais teóricos que privilegiem visões específicas da urbanização periférica em países subdesenvolvidos abrem, assim, um enorme campo para investigações que incorporem as estratégias (históricas) e particularidades da adaptação e sobrevivência das populações pobres e excluídas no contexto urbano brasileiro.

### **AS NOVAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO: O PLANEJAMENTO URBANO REVISTO**

A atividade de planejamento em suas várias formas (econômico, regional, urbano, territorial) acompanhou a evolução do capitalismo desde as primeiras medidas disciplinadoras da intervenção pública e privada na cidade industrial do século XX. Porém, é a partir do pós-guerra que se firma como uma das instâncias a garantir a manutenção das chamadas condições gerais de produção, seja procurando assegurar níveis adequados de eficiência econômica (através da provisão de infra-estrutura, regulação das atividades privadas etc.), seja concebendo e produzindo espaços específicos para produção ou reprodução (distritos industriais, bairros operários, cidades inteiras), ou ainda amortecendo tensões ou corrigindo distorções e desigualdades através do chamado Estado de Bem-Estar de políticas sociais em geral.

No bojo da crise vivenciada pelo sistema capitalista, também o planejamento, que se generaliza desde meados do século, entra em crise, na medida em que o Estado passa a ter sua atuação questionada pela sociedade e pelo capital e o pacto social anteriormente estabelecido na conformação e atuação sobre os espaços públicos e privados já não encontra mais sustentação. Os velhos paradigmas do planejamento centrado na *reforma social*, pressupondo um Estado que paira acima dos interesses particulares e tem lógica própria voltada para o bem comum administrado por uma *intelligentsia* descompromissada (*free-floating*) mesclada na tecnocracia estatal, ruíram junto com o Estado do Bem-Estar (Friedmann, 1987, 1992). De outra parte, o planejamento de origem socialista centrado na *mobilização social* das vanguardas políticas também ruiu com o Muro de Berlim e o fracasso da experiência socialista.

Surge em contrapartida, como resultado também da ampla (re)políticação da

sociedade urbana (extensiva), um planejamento de caráter mais horizontal, no qual técnicos e público-alvo se imanam como sujeitos, em parcerias e colaborações em que o *aprendizado social* ocorre de forma bilateral, com a troca de informações e conhecimentos, e nas quais a participação popular deixa de ser adjetiva à ação substantiva do Estado para integrar a essência do processo de planejamento e alocação do excedente coletivo.

No Brasil, até meados dos anos oitenta, o instrumental conceitual e técnico do planejamento foi pouco permeável às transformações por que passou a sociedade, guardando fidelidade com suas origens racionalistas e reformistas, privilegiando o saber técnico e instrumental e, dessa forma, transformando-se paulatinamente num modelo rígido e anacrônico. Maricato (1997) aponta o dilema do planejamento no Brasil, premido entre a convivência do controle estatal e o que denomina de um radical *laissez-faire*. A autora enfatiza também o distanciamento entre a preocupação social presente nos planos e a realidade da (não) implementação das propostas. Num contexto de crescente desigualdade e exclusão, o planejamento, visto mais sob a lógica do retorno econômico do investimento do que como política redistributiva, assume um viés elitizante e concentrador.

A partir do final da década de setenta e ao longo dos anos oitenta, fruto em parte da emergência dos movimentos sociais organizados — inicialmente, movimentos sociais urbanos, mas logo estendidos ao espaço social como um todo — novos atores políticos se articulam para redefinir as formas de atuação e cooperação entre o Estado e a sociedade civil. No cenário urbano, a reforma constitucional de 1988 e novos instrumentos de planejamento e gestão propostos e/ou consolidados, contribuem para redefinir a prática mesma do planejamento (Cardoso, 1997). Muitos desses instrumentos são fruto de uma longa trajetória dos movimentos sociais, em particular o da reforma urbana que, antecedendo e sucedendo a reforma constitucional, vem permanentemente buscando formas de democratizar o acesso à terra urbana e de garantir mecanismos de gestão compartilhada da cidade. Assim, multiplicam-se as instâncias de deliberação e acompanhamento da implementação de políticas, seja na forma de conselhos, assessorias e conferências temáticas, seja na institucionalização da participação da sociedade na repartição de (parte dos) recursos para investimento público via orçamento participativo e seus desdobramentos. Novos temas são incorporados nos debates e mesmo nos planos diretores (agora, obrigatórios para cidades acima de vinte mil habitantes), com destaque para a questão ambiental e a cidadania (Pádua, 1989), que vêm reforçar a mobilização em torno das condições de reprodução (urbanas) em detrimento da hegemonia da produção capitalista (industrial). Os possíveis caminhos que prometem conduzir a uma sociedade sustentável em suas múltiplas dimensões (Sachs, 1993) perpassam as novas propos-

tas de planejamento e gestão, orientando (por vezes de forma contraditória) práticas e discursos de instituições, profissionais e sociedade organizada.

Nesse contexto de crise, a preocupação, nem sempre presente no nível federal, com o crescente processo de exclusão da economia globalizada e com as condições de reprodução (ampliada) das massas reforça a busca de soluções alternativas ao modelo hegemônico capitalista vigente. A procura de práticas econômicas centradas na vida cotidiana, fortalecendo uma base solidária popular e explorando as possibilidades imediatas de geração de renda (Singer, 1997; Coraggio, 1994), vem se impondo no Brasil e em vários outros países, periféricos e centrais. A emergência dessas novas práticas sociais sugere que a reprodução das relações de produção capitalistas, implícitas na produção do espaço (Lefèbvre, 1976, 1991), est(ar)ão sofrendo transformações quantitativas que, mesmo que pouco perceptíveis ainda aos nossos olhos cegados pelo foco industrial (Lefèbvre, 1999), apontam no sentido de novos arranjos socioespaciais, não apenas nas nossas cidades, mas no tecido urbano como um todo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otília. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.
- BENÉVOLO, Leonardo. **Introdução à arquitetura**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- BOGUS, Lúcia M. M., TASCHNER, Susana P. São Paulo, velhas desigualdades, novas configurações espaciais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.1, p.153-174, maio 1999.
- CARDOSO, Aduino L. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. **Cadernos IPPUR**, Ano 11, n. 1-2, p.79-112, jan./dez. 1997.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. **Espaço & Debates**, São Paulo, n.17, 1986.
- CORAGGIO, José L. **Economia urbana: a perspectiva popular**. Quito: Instituto Frónesis, 1994.
- COSTA, Heloisa S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto L. (Ed.) **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p.51-77.
- COSTA, Heloisa S.M., MONTE-MÓR, Roberto L. Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6, 1995, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPUR, 1995. p. 420-430.
- FRIEDMANN, John. Planificación para el siglo XXI: el desafío del posmodernismo. **Revista EURE**, Santiago, v. 18, n.55, p. 79-89, 1992.
- FRIEDMANN, John. **Planning in the public domain: from knowledge to action**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1987.

- GOTTDIENER, Mark. **Postmodern semiotics: material culture and the forms of postmodern life.** Oxford: Cambridge: Blackwell, 1995.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v.91, n.3, 1985.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- JAMESON, Fredric. **As sementes do tempo.** São Paulo: Ática, 1997.
- JAMESON, Fredric. **Postmodernism or the cultural logic of late capitalism.** Durham: Duke University Press, 1992.
- LEBORGNE, Danielle, LIPIETZ, Alain. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, Lúcia P., PRETECEILLE, Edmond (Coord.) **Reestruturação urbana: tendências e desafios.** São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.
- LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFÈBVRE, Henri. **The production of space.** Oxford: Cambridge: Basil Blackwell, 1991.
- LEFÈBVRE, Henri. **The survival of capitalism: reproduction of the relations of production.** London: Allison & Busby, 1976.
- LIPIETZ, Alain. **Mirages and miracles: the crisis of global fordism.** London: Verso, 1987.
- MARICATO, Ermínia. Brasil. 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Ano 11, n. 1-2, jan./dez. 1997.
- MONTE-MÓR, Roberto L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et al. (Org.) **Território, globalização, fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- MONTE-MÓR, Roberto L., COSTA, Heloisa S.M. Inovações tecnológicas e novas espacialidades: evidências e tendências recentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, contradições urbanas e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José A. **Contradições urbanas e movimentos sociais.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano. **Espaço e Debates**, São Paulo, n.6, p.36-54, 1982.
- PÁDUA, José Augusto. Espaço público, interesses privados e política ambiental. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.3, n.4, p.2-4, 1989.
- PRETECEILLE, Edmond, VALLADARES, Lúcia P. Introdução. In: VALLADARES, Lúcia P., PRETECEILLE, Edmond (Coord.) **Reestruturação urbana: tendências e desafios.** São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.
- PRETECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, Luiz César, SANTOS JÚNIOR, Orlando (Org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.65-89.

- RIBEIRO, Luiz César. O Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1996.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. O meio técnico científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, Ano 8, n.25, p.58-62, 1988.
- SASSEN, Saskia. A cidade global. In: LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana, NABUCO, Maria Regina. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.** São Paulo: ANPUR/ HUCITEC, 1993.
- SCOTT, Allen, STORPER, Michael (Ed.). **Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism.** Boston: Allen & Unwin, 1986.
- SINGER, Paul. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**, Ano 26, n. 72, p. 6-13, mar./maio 1997.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- STORPER, Michael. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, Luiz César, SANTOS JÚNIOR, Orlando (Org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.